

## ESCRITA E ORALIDADE, *UERUS* E *UERUS SIMILIS*: A *MEMORIA RERUM GESTARUM* DE TITO LÍVIO

Michelly Pereira de Sousa Cordão<sup>1</sup>  
Doutora em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG  
Doutoranda em História Social  
Universidade de São Paulo - USP  
[michellycordao@gmail.com](mailto:michellycordao@gmail.com)

**Resumo:** O artigo problematiza a visão lugar-comum sobre Tito Lívio como escritor de uma história meramente moralista, dissociada de elementos próprios a um texto historiográfico. Discutimos a recepção no texto de Tito Lívio da compreensão dicotômica, vista em Aristóteles, de que a história constituiria um gênero discursivo vinculado ao que aconteceu, ao passo que a poesia estaria ligada ao possível/verossímil. Análise que caminha junto com a discussão que fizemos em torno das distintas fontes usadas por Tito Lívio, que agrupamos em três blocos principais: as tradições oral (*fama* e *fabula*) e escrita (*memoria* dos analistas) e os documentos escritos (*monumenta litterarum*). A partir de uma discussão sobre a relação de Tito Lívio com essas fontes, pudemos observar em seu texto elementos peculiares a uma tradição de escrita ligada ao gênero discursivo chamado História.

**Palavras-chave:** Historiografia antiga; fontes históricas; verossimilhança; poesia, retórica.

**Résumé:** L'article discute de la vue courante article de Tite-Live comme un écrivain d'une histoire purement moraliste, se sont dissociées de historiographiques un des éléments de texte. Discuté dans la réception du texte de compréhension dichotomique de Tite-Live, le point de vue d'Aristote, que l'histoire serait un genre discursif lié à ce qui s'est passé, alors que la poésie est liée à une éventuelle / probable. Analyse qui va de pair avec la discussion que nous avons fait dans les différentes sources utilisées par Tite-Live, qui nous avons regroupé en trois blocs principaux: les traditions orales (de la gloire et de la fable) et l'écriture (*memoria* analyste) et des documents écrits (*monumenta litterarum*). D'un débat sur la relation de Tite-Live avec ces sources, nous avons pu observer dans son texte propre à une tradition de l'écriture sur le genre discursif appelé éléments d'histoire.

**Mos-clès:** historiographie ancienne; sources historiques; vraisemblance; poésie; rhétorique.

**Artigo recebido em:** 11/04/2017  
**Artigo aprovado em:** 10/03/2018

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela USP, Doutora em Ciências Sociais, mestre em História e graduada em História pela UFCG. As discussões presentes neste artigo iniciaram-se em uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC/CNPq/UFCG) concluída em 2008, sob orientação da Profa. Dra. Marinalva Vilar de Lima na Unidade Acadêmica de História (UFCG).

Iniciemos o artigo com uma reconstrução de um relato de Tito Lívio que se destaca por seu caráter patriótico: Roma encontrava-se em perigo. Um imenso abismo, provável resultado da ação de um terremoto, havia se formado no Fórum. Lançou-se terra na cavidade para preenchê-la, porém, por aviso dos deuses, descobriu-se que apenas com a consagração da principal força do povo romano naquele espaço, o risco de um iminente fim da República poderia ser eliminado. Apresentou-se Marco Cúrcio, jovem virtuoso, cuja coragem superava a dos outros cidadãos romanos que, então, hesitavam-se à tarefa de salvar a *urbs*. Após a supressão de imenso tumulto no Fórum romano e com os olhos erguidos ao Capitólio, Cúrcio fez gestos de súplica aos Imortais. Ritualmente, estendeu as mãos para o céu e para o precipício formado no Fórum. O momento do sacrifício se aproximava. Cúrcio direcionou-se, bravamente, ao seu cavalo, ricamente ajaezado; montou-o; correu até o abismo, onde lançou seu corpo com todas as suas armas, conforme pedido dos deuses. Impressionados com o gesto audacioso e intrépido do jovem patriota, a multidão que então preenchia o espaço do Fórum e que havia acabado de ser salva por um único homem, ofereceu-lhe oferendas expiatórias<sup>2</sup>.

*Exemplum* narrado por Tito Lívio a partir de uma *fama*<sup>3</sup> romana que lhe permitiu trazer à memória um feito patriota de um romano que, por isso, se tornou *famosus*<sup>4</sup>. Comenta que dela se apropriou para explicar a origem do nome atribuído ao lago Cúrcio<sup>5</sup> por considerar que não haveria outra forma de fazê-lo e que, além de tudo, pudesse levá-lo a encontrar a verdade sobre a questão: “Eu não teria poupado esforços, se houvesse outro caminho ao pesquisador para encontrar a verdade [*uerum*]. Mas foi preciso ater-me à tradição [*fama*], uma vez que a antiguidade do fato não permite comprovar sua autenticidade [*fidem*]” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 08). Tito Lívio associa seu discurso a um elemento poético no momento em que se refere

<sup>2</sup> Trata-se de uma paráfrase da narrativa de Tito Lívio (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 80).

<sup>3</sup> *Fama* advém de *Fabula* que é ligada ao verbo falar. Logo, primeiro sentido: “conversação, sujeito (ou objeto) de conversação, relato”; em sentido particular: “relato dialogado e posto sobre a cena, peça de teatro ou fábula/conto”. Segundo sentido: *fabula* como *verbum*, “palavra”, se opondo à coisa; *facta* (“feito”) designa um “relato mentiroso ou fictício”. Denominativo: *fabulari*: “conversar, falar”; *rem fabulare*: “contar, inventar” (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 314). Por vezes, assume no texto de Tito Lívio um sentido ligado ao que constitui uma encenação teatral.

<sup>4</sup> “O que faz por onde para ser falado” (ERNOUT E MEILLET, 1932, p. 314).

<sup>5</sup> No livro I, Tito Lívio coloca que o lago Cúrcio passou a assim ser chamado após o combate entre romanos e sabinos, no qual o cavalo do rei sabino Méteo Cúrcio atirou-se num pântano mediante perseguição romana. Com o fim do combate e a aliança entre os dois povos, atribuiu-se, em memória da guerra, o nome de lago Cúrcio ao local onde o cavalo depôs Cúrcio a seco, após sair do pântano. (TITO LÍVIO, I, 13, p. 38, v. I). Nota-se, portanto, a existência de diferentes *famae* a respeito da cavidade que, segundo Paulo Alberto, existia de fato e foi coberta no tempo de Sula. Essa é uma informação encontrada numa outra tradução do livro I da obra de Tito Lívio, posta em nota de rodapé (TITO LÍVIO, 1993, p. 72).

à *fama*<sup>6</sup>, termo que advém do verbo *falare* (falar) e que pode se ligar à fala dos deuses (*fatum*). Deixa claro que a *fama rebus*<sup>7</sup> foi um dos caminhos que lhe possibilitou escrever história, mesmo que dessa forma ele não pudesse encontrar o verdadeiro (*uerus*)<sup>8</sup>, em virtude do caráter antigo do fato e da dificuldade de encontrar sua *fides* (fidelidade), expressão ligada ao verbo confiar (*fidare*) e que possui uma raiz religiosa, ainda que no latim esse significado tenha se perdido. Tito Lívio parece usá-la mais no sentido de “garantia da palavra dada”, que se liga à língua de direito ou, talvez, no sentido da “Boa-Fé”, significado que resulta da divinização da *fides*<sup>9</sup>.

Tito Lívio, ao menos neste caso, entende que a produção da memória dos feitos do passado independe de sua comprovação por meio de outras fontes que lhes pudesse conferir um aspecto mais crível. Importava-lhe, sobretudo, a edificação dos “espíritos corrompidos” de seu tempo.

Poder-se-ia, então, concluir que, conforme apontam alguns comentadores (COLLINGWODD, s/d, p. 66; DOSSE, 2003, p. 107-108; PEIXOTO, 1989, p. 09; SHOTWELL, 1967, p. 39; WALSH, 1955, p. 369-383), a preocupação de Tito Lívio consistiria

---

<sup>6</sup> Conforme ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 313-314, temos: *fama* ou *famosi*: “o que se diz de qualquer um, famoso, reputação boa ou má”. Ao plural, tem-se “notícias que correm”. *Fama* tinha de início um sentido indiferente, tomando, depois, um valor laudativo. Liga-se à *gloriae* ( *kléos* no grego) “renomado”, “bom renome, glória” (Ibidem, p. 408). Palavra itálica: do grego (dórico) *phama* e do grego (jônio-ático) *phéme*: “reputação, rumor público”. A raiz era *bha* (Ibidem, p. 314) que nos leva para *for, faris, fatus sum, fari*. Desses termos, os dois primeiros eram pouco usados. Emprega-se apenas *fatur, fantur* e, por extensão, *fare*: “falar”. Além desse sentido, tinha um caráter poético e arcaico que, a partir do séc. II a.C., era encontrado apenas na língua literária e em certas fórmulas (Ibidem, p. 360). Há ainda o particípio desse verbo, *fatus* e, por extensão, *fatum*: “destino” na qualidade de inevitável e imposto aos homens (Ibidem, p. 322). Por ser ligado ao verbo *fare, fatum*, pois, constitui a fala dos deuses. Tito Lívio, então, ao se referir à *fama*, termo que advém de *fare* (falar) se liga a um elemento poético e/ou ao que é dito pelos deuses. De toda forma, a ação de Cúrcio inclui-se na noção de *fama* por constituir a reputação (o que se diz de um homem que fez por onde ser a ela ligado). Ressalte-se que para todas as outras referências à etimologia das palavras, recorreremos ao dicionário que aqui citamos.

<sup>7</sup> A expressão significa: “o que se diz sobre as coisas acontecidas”.

<sup>8</sup> *Uerus*: adj. “verdadeiro, autêntico, verídico”. Oposto a *falsus*; subst. *uerum*: “o verdadeiro”. Derivados e compostos: *ueritas*: “verdade, realidade”; *uerax*: verídico (formado sobre *fallax, mendax*, que significam o falso, a mentira, aos quais se opõe) (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 1052). Vínculo com *uerbum*: “palavra”; opõe-se à *res* (coisa). Na terminologia gramatical, designa o “verbo”, por oposição a *uocabulum* (nome, derivado de voz) (Ibidem, p. 1046). *Uerbum*, pois, se opõe tanto à coisa, como ao/à nome/voz. Se está ligado a *uerus*, pode se tratar de um tipo de linguagem, uma palavra escrita, que sugere crença. O dicionário não apresenta uma etimologia muito clara dessa palavra.

<sup>9</sup> *Fides*: raiz *bheidh/bhidh*; liga-se a *credo*, de raiz *kred-dhé*. Primeiro sentido: *Fides* serve de substantivo ao verbo *credo* (“crer”, “pôr sua confiança em”). Ambos são termos de origem religiosa, mas que, desde o antigo latim, tomaram empregos cada vez mais profanos por conseqüência do fim da velha cultura indo-européia e da dominação do mundo mediterrâneo pela cultura material. O verbo *fidare* (“confiar”) tinha um valor profano em toda a época latina. Apenas com o Cristianismo, lhe foi restituído a função religiosa. Segundo sentido: na língua de direito, a palavra tomou o sentido de “garantia dada”, “empenho solene”. A noção *fides* foi divinizada: “a Boa-Fé”. Cf.: Para *fides*: ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 341; para *credo*: Ibidem, p. 220.

em, antes de fazer história, moralizar os romanos de seu tempo? Ou ainda, que sua postura moralizadora o excluiria de um lugar como historiador? A concepção de uma história *magistra vitae* seria incompatível com a escritura de um texto verossimilhante?

A *Ab urbe condita* durante muito tempo foi considerada um mero manual de *exempla* edificantes endereçados aos leitores romanos que deveriam orientar suas vidas através deles. Alguns alegam, por exemplo, que Tito Lívio teria escrito um texto com tônicas retóricas/poéticas a fim de torná-lo mais apazível e persuasível. Atuando, pois, como um literato, ele não estaria preocupado em apresentar os feitos humanos com um aspecto verdadeiro e, por isso, não teria promovido uma prática própria à tradição de escritura historiográfica. Seu interesse estaria canalizado para a produção de uma obra que causasse um efeito moralizante em seu público; desejo que dele tornaria mais um moralista do que um historiador.

Temos a impressão que essas visões são informadas por uma série de pares dicotômicos: verdade/mentira, real/falso, ciência/arte, história/retórica, história/poesia, dentre outros. Assim é que Tito Lívio recebeu uma série de leituras para as quais, se ele não narrou a verdade, logo sua história se constitui de seu inverso: mentiras, falsidades, irrealidades. Se narrou feitos que não aconteceram, mas possíveis de terem acontecido, logo diz-se que ele não seguiu uma característica que seria específica à história: narrar coisas que aconteceram.

Nesse sentido, Paul Veyne (s/d) considera que os historiadores antigos tomavam como base para a produção de suas histórias a tradição (oral ou escrita) elaborada por seus predecessores. Para ele, os antigos não citavam fontes, entendendo-se essa noção como os materiais produzidos à época dos eventos narrados. A eles, segundo Veyne, não interessava questionar a diferença entre fontes “originais” e secundárias (tradição), exercício feito apenas pelos modernos. Apenas lidavam com a tradição, cuja autoridade era inquestionável e era conquistada ao longo do tempo e não como efeito da exposição de citações em suas obras. Era, pois, uma espécie de “vulgata”.

Os historiadores antigos, então, copiavam-se uns aos outros, não pela ausência de outros materiais, mas por considerarem as versões de seus predecessores uma tradição: obras providas de autoridade/verdade. Assim, “a história nasce como tradição e não se elabora a partir de fontes” (VEYNE, s/d, p. 20). Ela teria nascido do respeito aos textos dos predecessores, sobre os quais não apresentava desconfiança, sentimento específico à relação dos modernos com as fontes. Daí os historiadores antigos não citá-las. Portanto,

(...) um historiador antigo não utiliza as fontes e documentos: é ele próprio fonte e documento”. Ele próprio é uma autoridade em potência. Da mesma forma, “(...) a história não se elabora a partir das fontes: ela consiste em reproduzir o que delas disseram os historiadores, corrigindo e completando, eventualmente, o que nos dão a saber (VEYNE, s/d, p. 21).

Poucas eram as vezes em que o historiador antigo utilizava fontes, segundo Veyne. Elas eram usadas, no máximo, para suprimir alguma provável lacuna existente na tradição ou nos momentos em que o historiador duvidasse de algum pormenor nela presente. Por vezes, criticava seus antecessores, o que não tem a ver com o “método crítico” moderno, pois, no máximo, corrigia alguns de seus defeitos e não reconstruía a obra a partir de sua base.

Veyne supõe que a concepção de história dos antigos como “vulgata” advém do nascimento da história como “investigação”, ocorrido na Grécia, diferentemente do surgimento da história como “controvérsia”, que se deu entre os modernos. Dessa forma, não era necessário aos historiadores antigos listar em seus textos seus “informantes”, restando-lhes apenas colocar expressões, como “isso foi o que me disseram” ou “conforme o que observei”. Se eles verificavam as informações colhidas a partir de materiais que o permitiriam, não era necessário expô-lo no texto, visto não provocarem controvérsia a partir do que diziam. Conforme Veyne, os historiadores antigos “distinguiam muito bem, diga-se o que se disser, a fonte primária (testemunho visual ou, na sua falta, tradição) e as fontes de segunda mão, mas guardavam esses pormenores para si” (VEYNE, s/d, p. 23).

Tucídides, segundo Veyne, se refere à necessidade do historiador verificar a autenticidade das informações recebidas, contudo não comenta no *corpus* de sua obra que o fará, pois dizê-lo era suficiente para a conquista da credibilidade dos leitores. Por terem vivido antes da “idade da controvérsia” e da “idade de Nietzsche”, aos antigos era necessário apenas relatar os fatos, não sendo exigido prová-los, nem interpretá-los, pois os fatos existiriam por si, diz Veyne. Seu trabalho de investigação e suas virtudes (diligência, competência e imparcialidade), lhe tornavam distintos da multidão por lhe possibilitar acessar a verdade do passado (VEYNE, s/d, p. 26). Aos historiadores modernos, contudo, exige-se a inserção em seus textos das referências usadas. Desse modo, conforme Veyne, conferem aos leitores meios pelos quais eles próprios poderão verificar a verdade do que narram, assim como, construir outras interpretações.

Veyne justifica essas diferenças entre antigos e modernos a partir da referência aos seus distintos perfis de leitores. Assim, compreende que os historiadores modernos, por escreverem para outros historiadores, necessitam promover e expor no texto o exercício metucioso estabelecido com as fontes a fim de receberem credibilidade. Presenciaram o fenômeno da ascensão da Universidade, espaço em que “(...) um historiador já não escreve para simples leitores, como fazem os jornalistas ou os ‘escritores’, mas para os outros historiadores, seus colegas; o que não era o caso dos historiadores da Antiguidade” (VEYNE, s/d, p. 4). Os antigos, por sua vez, por terem um público de leitores heterogêneo e não especializado, não se viam obrigados a explicitar as fontes utilizadas ou a descrever o “método” adotado: “(...) certos leitores procuram um divertimento, outros lêem a história com um olho mais crítico, alguns são mesmo profissionais da política ou da estratégia” (VEYNE, s/d, p. 25). No caso dos antigos, a autoridade seria suficiente para tornar seu texto crível diante dos leitores, fenômeno pouco provável entre os modernos.

A partir desses argumentos, Veyne coloca que Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso, ao contarem os quatro séculos da “história primitiva de Roma” a partir da reunião do que sobre eles já haviam dito seus antecessores, não questionaram se o que esses diziam era verdade. Ambos se limitaram a “(...) excluir os pormenores que lhes pareceram falsos ou, sobretudo, inverossímeis e fabulosos”. Para eles, o predecessor sempre dizia a verdade, ainda que fosse “(...) vários séculos posterior aos acontecimentos que contava”. Nesse sentido, “(...) a tradição era aquela e ela era a verdade simplesmente” (VEYNE, s/d, p. 20).

Diferentemente dos outros comentadores com os quais dialogamos, Veyne não critica os antigos ou o próprio Tito Lívio por não terem promovido uma discussão das fontes, pois entende que esse exercício não fazia parte de sua “tópica histórica”. Os antigos não eram menos historiadores por respeitarem a tradição e por não estabelecerem uma relação de desconfiança com ela nem com as “fontes” utilizadas. Eles eram apenas, para Veyne, bem distintos dos historiadores modernos. Assim, justifica uma série de características que considera peculiares à “experiência histórica” dos antigos que são analisados a partir de sua historicidade.

Toda essa discussão empreendida por Veyne fundamenta-se na ideia de que a história possui uma tradição e não um “método”, “(...) uma vez que não pode formular sua experiência sob a forma de definições, de leis e regras” (VEYNE, 1988, p. 180). Ele se apropria da

historiografia antiga para pensar a história na contemporaneidade, encontrando na noção de tradição o elo que as articula. Nisso, cremos que reside sua contribuição.

Por outro lado se, com efeito, Tito Lívio pensa, por vezes, seus predecessores como escritores providos de autoridade (*auctoritas*), não vemos essa compreensão como uniforme em toda sua obra. Consideramos que Veyne generaliza em seus comentários, ao afirmar que os historiadores antigos quase sempre respeitam a tradição de seus predecessores, principal material por eles utilizado, segundo ele, por considerá-la uma autoridade. Isso porque, observamos que Tito Lívio, por variadas vezes, expõe outros materiais que lhe foram úteis para a confecção de sua obra. Além disso, poucas são as vezes em que considera que os analistas, escritores que lhe antecederam, lhe fornecem a verdade. Mesmo quando afirma que não os contestará, o faz por não ter outra saída e não necessariamente por acreditar em sua autoridade. O respeito à tradição existe, mas os antigos, ao menos Tito Lívio, agem também com desconfiança em relação a ela, já apresentando um tipo de exercício que, com os modernos, se tornou mais maduro: a “crítica” das fontes.

Se a história, como nos diz Veyne, constitui desde os gregos uma narrativa dos acontecimentos, ideia com a qual corroboramos, trata-se também, a nosso ver, de uma prática investigativa que envolve uma série de elementos que podem ser vistos como “regras”. Porém, são regras que a cada momento são deslocadas e transformadas pelos historiadores que vão se sucedendo.

Por vezes, Tito Lívio demonstra respeito em relação ao que dizem os escritores a ele anteriores, sobretudo se suas versões contribuírem para a narrativa de ações exemplares. Assim é que lamenta ser obrigado a admitir que a ocorrência de um terrível fato, num funesto ano em Roma, foi efeito de ações de “pérfidas mulheres”: a mortandade de vários cidadãos, atacados pelos venenos produzidos por essas “mentes perturbadas”. “Gostaria, pois nem todos os historiadores [*auctores*]<sup>10</sup> relatam esse fato, que tivesse havido engano [*falso*] ao atribuir-se veneno a mortandade daquele ano que se tornou célebre como um ano de epidemia”. Contudo, se assim o contam os escritores da tradição, não cabe questionar sua autoridade: “(...) exporei

---

<sup>10</sup> *Auctor*: advém de *augeo*, *augere* que significa “fazer crescer, aumentar, amplificar”. Temos: aquele que faz crescer, que faz impelir”. Em algumas expressões, significa “aquele que amplifica” e “aquele que funda/cria/constrói”, “fundador, autor”. Além disso, a palavra se associa a dois outros significados principais: “responsável”, de acordo com a língua jurídica; “vendedor”, derivado de *auctoritas* (“fato de ser autor”, “opinião predominante”, etc.) que implica uma idéia de “posseção”. Donde, o vendedor de uma coisa era aquele que a possuía. Daí: “direito de propriedade” (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 85).

os fatos tal como foram relatados, sem pôr em dúvida a autoridade [*fidem*] dos testemunhos [*auctorum*] (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 166-167). Comentário que Tito Lívio elabora a partir do recurso à retórica, pois pretende narrar o caso da traição feminina, a partir do que sobre ele contam esses escritores, não necessariamente por respeitar sua autoridade, mas, sobretudo, por considerar suas versões profícuas para tornar o fato exemplar.

Tito Lívio, por vezes, chega a estabelecer uma hierarquização das versões acessadas, com a qual torna a dos analistas a mais verdadeira. Ao especular sobre os motivos da morte de Coriolano, romano que traíra a pátria se colocando do lado dos volscos, comenta:

*Diz-se* que Coriolano morreu vítima do ódio que atraíra sobre si. *Outros narram* sua morte de maneira diversa. *Segundo Fábio*, o mais antigo de nossos historiadores, ele vivera até a velhice. Pelo menos relata que Coriolano costumava dizer: ‘o exílio é penoso sobretudo para um ancião’ [grifos nossos] (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 161).

Primeiramente, Tito Lívio cita “o que se conta”; em seguida, o que outros comentam e, por fim, a versão de um antigo escritor. Embora não afirme explicitamente, através da própria disposição sequencial com que coloca as versões no texto, Tito Lívio nos permite supor que considera a versão do escritor antigo como a mais verossímil, sobretudo em virtude de sua proximidade com os fatos narrados. Mesmo aqui, Tito Lívio sugere que não crê na autoridade do analista Fábio Píctor, pois, apesar de tudo, ele não presenciou o dito acontecimento. No máximo, crê em sua verossimilhança.

Fábio Píctor ganha mais respaldo de Tito Lívio quando narra feitos dos quais ele próprio participou, saindo, pois, do lugar da tradição e se tornando fonte, pois que, para Tito Lívio, apenas os escritos à época dos acontecimentos narrados o são. Somente um contemporâneo do evento, a batalha de Trasimeno contra os cartagineses no séc. III a.C., poderia apontar com mais precisão a quantidade de seus mortos. Tito Lívio considera um exagero os números descritos por outros escritores, restando-lhe o auxílio de Fábio Píctor: “No dizer de alguns, grande foi a carnificina de parte a parte; no que me diz respeito – pouco inclinado a exagerações, defeito comum entre os historiadores –, prefiro fiar-me a Fábio, contemporâneo do acontecimento” (TITO LÍVIO, 1989, v. III, p. 18). Escritor cujos escritos constituem um documento de época que, para Tito Lívio, era o principal material que favoreceria a construção da verdade.

Por isso, prefere não apresentar conjecturas sobre os motivos que levaram Públio Cipião à eleição pelos senadores como o melhor dos cidadãos, por não tê-los encontrado nos textos dos escritores menos distantes da época:



E foi Públio Cipião, filho de Cneu Cipião tombado na Espanha, jovem que sequer fora questor, o escolhido como o melhor dos cidadãos. Com base em que virtudes? Como, se isso nos tivesse sido relatado pelos escritores mais próximos da época, eu o transmitiria de bom grado à posteridade, assim também não imiscuirei aqui suposições pessoais para tentar adivinhar uma coisa sepultada pelos anos (TITO LÍVIO, 1989, v. IV, p. 100).

Ausentando-lhe as fontes mais pertinentes que lhe dariam suporte para a escritura sobre a referida questão, Tito Lívio prefere se omitir, a fim de não estabelecer comentários pessoais, desprovidos de respaldos documentais.

Tito Lívio admite as complicações para o exercício de reconstituição das datas e da sequência cronológica dos consulados devido à distância temporal que o separa dos fatos e, sobretudo, que separa esses dos escritores que sobre eles já escreveram:

Mas são tantas as dúvidas cronológicas quanto à sucessão dos magistrados, em consequência da diversidade de tradições, que nem a série dos cônsules nem a data das ocorrências é possível ser reconstituída a um tal distanciamento, não só dos fatos como de seus historiadores [*auctorum*] (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 134).

Dessa forma, Tito Lívio se aproxima da perspectiva grega, segundo a qual a história de um passado longínquo só se torna possível a partir do “olho” e/ou do “ouvido”; portanto, trata-se de uma história dos acontecimentos recentes. Tito Lívio se distancia, contudo, dos historiadores gregos, pois não é o próprio contemporâneo dos eventos e necessita do intermédio de fontes “secundárias”, caso dos analistas, para fazer história.

Tito Lívio não apenas discorda com frequência desses escritores, como também costuma apontar seus problemas a partir do cotejo entre suas versões e as fontes que as embasaram. Esforço que visa ao alcance de uma versão mais verossímil sobre um evento que lhe coloca dúvidas:

Segundo informações de Licínio Mácer, no ano seguinte foram reeleitos os cônsules Júlio, pela terceira vez, e Virgínio, pela segunda. Valério Âncias e Tubero, entretanto, registraram os nomes de Marco Mânlio e Quinto Sulpício como os cônsules daquele ano.

Apesar de se centralizarem, Tubero e Mácer invocam a autoridade [*auctores*] dos livros línteos. Ambos declaram que, naquele ano, conforme os historiadores [*scriptoribus*]<sup>11</sup> antigos, houve tribunos militares. Licínio, sem dúvida, preferiu seguir

---

<sup>11</sup> Tito Lívio designa o historiador de *scriptor*, ainda que às vezes use *auctor*. Esse, por sua vez, associa-se não apenas aos escritores, mas a qualquer tipo de material que Tito Lívio considera provido de autoridade. Neste exemplo, o utiliza para se referir à autoridade de uma fonte: os livros línteos. *Scriptor* deriva de *scribere* (escrever), possuindo o sentido de escritor. Cf.: ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 869.

os livros de tela e Tubero não sabe onde está a verdade [*ueri*]. Como tantos outros problemas suscitados por sua Antigüidade, deixemos também este por resolver (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 329).

Em meio à dificuldade de encontrar a verdade, dada a distância temporal dos eventos, Tito Lívio deixa ao leitor a tarefa de solucionar o problema, isentando-se de fazê-lo. De toda forma, promove comparações entre os escritores, informando as fontes por eles utilizadas, como se com esse gesto quisesse informar ao leitor que fez o possível para alcançar o verdadeiro, mas, diante de tantos dilemas, não o conseguiu. Mostrar, ao menos seu esforço, parecia suficiente para que o leitor percebesse sua seriedade como historiador.

Por vezes, no entanto, após confrontar diferentes escritores, Tito Lívio seleciona aquele cuja credibilidade lhe aparenta superior à dos demais:

A crer em Valério, que exagera desmesuradamente todas as cifras, foram mortos quarenta mil homens e aprisionados – aqui a mentira [*mendacium*] é mais controlada – cinco mil e setecentos, com duzentos e quarenta estandartes. Cláudio relata também que pereceram trinta e dois mil inimigos, tendo sido capturados quatro mil e trezentos. No que nos diz respeito, não escolhemos os números por nos parecerem mais dignos de crédito: seguimos Políbio, historiador cujo valor não se põe em dúvida no que respeita aos feitos dos romanos, sobretudo na Grécia (TITO LÍVIO, 1989, v. IV, p. 317).

Crítica a tradição ao discordar de um escritor, também do séc. I a.C., que considera exagerado em suas colocações na maior parte das vezes que sobre ele se refere em toda a obra. Escritor a cuja obra atribui o adjetivo de *mendacium*<sup>12</sup> que se contrapõe ao significado que confere a Políbio, por ele considerado nessa e em outras passagens da *Ab urbe condita* como uma referência da verdade. Daí apontá-lo como um *non incertum auctorem*<sup>13</sup>. Para a escrita de sua obra, Tito Lívio evidencia que costumava ler variadas versões de autores distintos sobre um mesmo fato. Imitava-os, no sentido aristotélico do termo e, ao perceber que alguns deles discordavam entre si, fazia questão de expô-lo ao seu leitor, como se quisesse transferir para esse a tarefa de selecionar a informação mais verossímil ou mostrar ao menos sua intenção em ser honesto.

A investigação do verdadeiro (*uerus*) é, para Cícero (1999), uma das partes que compõe e gera a maior das virtudes: a honestidade. Própria ao homem, sua busca permite o

<sup>12</sup> Significa mentira, palavra ligada a *mendax* (mentiroso), que vem de *mendum* (“falha”, no sentido físico ou num texto, “incorrecção”) (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 574).

<sup>13</sup> “Autor não duvidoso”.

conhecimento das “realidades ocultas”, úteis para uma vida feliz (CÍCERO, 1999, p. 10). Sábio e prudente é o homem que “(...) examina cuidadosamente o que há de mais verdadeiro em cada coisa (...)” (CÍCERO, 1999, p. 11). Lugar em que Tito Lívio tenta se inserir ao se mostrar interessado em investigar o verdadeiro que, por isso, além de se tratar de um exercício característico da tópica histórica, era também, em seu caso, um exercício para o alcance da virtude.

Tito Lívio costuma discordar dos autores da tradição a partir da recorrência a seu conhecimento sobre a questão que gera dúvidas, as fontes “primárias” (os *monumenta*<sup>14</sup>) e a testemunhos orais. Todos articulados com um único intento: estabelecer uma versão mais verdadeira:

Reproduzi os historiadores [*auctores*] que me precederam ao atribuir a Aulo Cornélio Cosso o cargo de tribuno militar na ocasião em que levou os segundos despojos opimos ao templo de Júpiter Ferétrio. Ora, sabe-se que o nome de despojos opimos só era dado aos que um general arrebatava a outro general, e não se reconhecia como general senão aquele sob cujos auspícios se fazia a guerra. A própria inscrição gravada nesses despojos confirma, contra esses historiadores que reproduzi, que foi na qualidade de cônsul que Cosso os ofereceu. Ouvi pessoalmente César Augusto, que construiu e restaurou todos os nossos templos, dizer que havia entrado no templo de Júpiter Ferétrio, mandando reconstruí-lo mais tarde pois se achava em ruínas, e havia lido essa inscrição na couraça líntea. Na minha opinião, seria quase um sacrilégio privar Cosso e seus despojos do testemunho [*auctorem*] de César, restaurador do próprio templo (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 326).

Tito Lívio narra a primeira vez em que um general romano consagrou os despojos opimos ao deus Júpiter quando se refere ao rei Rômulo, que instituiu esse cerimonial após vencer batalhas contra vários inimigos, derrotando seus reis e generais (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 34). Esse conhecimento contribuiu para Tito Lívio não acreditar que Cosso era tribuno militar, pois apenas aos despojos adquiridos por um general de um outro general, dava-se o nome de opimos e apenas um cônsul poderia sê-lo. Além disso, Tito Lívio nega a versão dos escritores que o antecederam, confrontando-a com um material de época (uma inscrição), palavra que se insere no conceito de *monumentum* e, assim, poderia lhe permitir alcançar uma versão mais verossímil: Cosso havia sido cônsul. Para conferir mais autoridade a sua versão, confirmando-a, Tito Lívio diz ainda que tomou o próprio *princeps* Augusto como testemunha

<sup>14</sup> *Monumentum* (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 598): *moneo*: raiz *men*: “pensar”; *mens*: “fazer pensar, lembrar”; por conseqüência: “chamar a atenção sobre, advertir/avisar”. *Monumentum* em grego: *mnemeíon*, ligado à idéia de memória (*mnemosýne*). Então, *monumentum* (*moni-*): “é tudo que recorda uma lembrança e, particularmente, o que recorda a lembrança de um morto: túmulo, estátuas, inscrições, etc.” (Ibidem, p. 596).

(*auctor*), indivíduo que, por suas virtudes divinas, provavelmente falaria a verdade. Assim, poderia conceder ao seu texto maior credibilidade aos olhos do destinatário, provavelmente constituído pelos aristocratas da época.

Articula, pois, suas conjecturas, baseado em três elementos: o conhecimento da história de Roma, o uso de uma fonte da época sobre a qual narra (a inscrição) e de uma testemunha de seu tempo (a opinião de Augusto). Dos três elementos, apenas a inscrição se aproxima do que Tito Lívio considera fonte, visto ser um material produzido à época do acontecimento narrado. Os outros dois, no entanto, são por ele utilizados como se fossem fontes, ainda que não se encaixem em sua conceituação sobre elas. Em se tratando do testemunho do *princeps*, constitui a fonte mais provida de *auctoritas*.

Poderíamos concordar com Veyne (s/d) quando diz que a tradição dos predecessores não era vista como fonte pelos antigos, pois Tito Lívio, com efeito, não a conceituava dessa maneira. No entanto, consideramos que, se conforme Veyne (s/d), a ideia de fonte pressupõe um exercício de desconfiança e, por isso mesmo, seria específica à concepção moderna de história, localizamos esse “conceito”, guardadas suas especificidades, em Tito Lívio. Pois, problematiza os materiais que lhe fundamentam, a exemplo da própria tradição dos que o precederam. Além disso, conforme vimos no exemplo, utiliza “fontes primárias”, caso da inscrição, não apenas para preencher lacunas e pormenores, mas como um dos principais materiais que lhe poderiam garantir o alcance da verdade ou de uma versão mais verdadeira.

Por outro lado, em toda a obra de Tito Lívio, observamos compatibilidades onde os comentadores encontram dicotomias, ao conceberem a tônica moralista e o uso de tradições orais, por exemplo, como elementos destoantes com a prática do historiador.

Consideramos que se, de um lado, Tito Lívio constrói um discurso a partir do uso de recursos retóricos a fim de produzir efeitos moralizantes, de outro, se preocupa em encontrar o verdadeiro ou o que é mais próximo desse, pois mantém uma relação de suspeita com as fontes, seja os *monumenta litterarum*<sup>15</sup>, seja as tradições oral e escrita. Além disso, a permanência em

---

<sup>15</sup> *Monumentum* (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 598): *moneo*: raiz *men*: “pensar”; *mens*: “fazer pensar, lembrar”; por conseqüência: “chamar a atenção sobre, advertir/avisar”. *Monumentum* em grego: *mnemeíon*, ligado à idéia de memória (*mnemosýne*). Então, *monumentum* (*moni-*): “é tudo que recorda uma lembrança e, particularmente, o que recorda a lembrança de um morto: túmulo, estátuas, inscrições, etc.” (Ibidem, p. 596). *Littera*: “grafia atestada/ certificada”, “letra de alfabeto”. Corresponde ao grego *grámma*. É provável que possua origem nessa palavra grega, imitada pelos latinos, com intermediação dos etruscos (Ibidem, p. 528). Portanto, ao se referir a *monumenta litterarum*, Tito Lívio trata dos escritos que evocam uma memória, uma lembrança do passado, donde: estátuas, inscrições e túmulos são usados por ele como fonte, pois que a eles se refere em várias

seu texto de elementos vislumbrados em textos poéticos, como o uso da oralidade, bem como, a criação/imitação de ações humanas constitui objeto de discussão para os leitores modernos, acostumados, talvez, com o discurso historiográfico como desligado da arte poética. O que não era o caso do mundo antigo.

Ao final do prefácio de sua *Ab urbe condita*, Tito Lívio procura esclarecer que sua função como historiador se distingue da prática dos poetas, na medida em que esses se sentiam livres para rogar aos deuses auxílio para a execução de sua empresa. Vejamos: “e se os votos e as preces aos deuses e às deusas fossem costume entre nós como entre os poetas, preferiria pedir-lhes, no começo desta obra tão vasta, que me proporcionassem um feliz resultado” (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 19). Há, pois, distinções entre o gênero poético e o historiográfico, porém ambos não se opõem.

Tito Lívio desloca os motivos poéticos, usando-os para construir a imagem que desejava para a memória de Roma; imagem que estava ligada aos seus interesses como um aristocrata tradicionalista, bem como, às pretensões políticas do *princeps*<sup>16</sup> Augusto. A história, segundo Tito Lívio, se diferencia da poesia também por constituir um exercício de investigação do passado por meio de indícios que o evocam. Concebe-a como uma memória sobre os feitos humanos que deve passar antes por uma investigação, realizada quando da relação com as fontes. Dessa forma, ela era, para Tito Lívio, tanto prática como discurso<sup>17</sup>; era uma representação verossímil do que aconteceu.

Para construir uma história com um estatuto de verossimilhança, Tito Lívio considerou importante, também, expor elementos que indicassem o caráter inverossímil do que diziam seus predecessores. Desse modo, é que discorda do que afirmam alguns autores sobre um romano de nome Lúcio Minúcio: “Encontrei em certos autores [*auctores*] a informação de que esse

---

partes de sua obra, conforme veremos nesse texto. Cícero, no *De oratore*, considera as obras dos analistas meros *monumenta*, por considerar que são desprovidos de ornamentos. Consideramos que Tito Lívio não os toma necessariamente como *monumenta*, por localizarem num tempo posterior aos fatos que narraram. Eles escreveram uma *memoria*: memória, lembrança; no plural *memoriae*: “memórias, monumentos comemorativos”. Derivado de *memor, oris*: “o que se lembra”; “que faz lembrar”. *Memorare*: recolocar em memória, recordar/rememorar (Ibidem, p. 573). Pois, a *memoria*, para Tito Lívio, seja a que ele constrói, seja a dos analistas, está associada a materiais que evocam lembrança (os *monumenta*).

<sup>16</sup> Trata-se do Príncipe, título conferido ao governante de Roma a partir de Augusto em 27 a.C. Significa o “que ocupa o primeiro lugar”, o primeiro entre todos. Logo, o escolhido para comandar Roma (FARIAS, 1991, p. 438-39).

<sup>17</sup> Definição que a aproxima da conceituação contemporânea empreendida por Michel de Certeau. Para ele, a história implica uma prática (uma disciplina), seu resultado (um discurso) e a relação entre essas “fases” (CERTEAU, 2002, p. 45-47).

Minúcio passou de patrício a plebeu e que, eleito décimo primeiro tribuno pela corporação, debelou uma revolta motivada pela morte de Mélio” (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 321). Informação que refuta por considerar custoso acreditar que o Senado teria consentido o aumento de tribunos da plebe. Pior do que isso, seria impossível que um *exemplum* tão execrável em que um patrício demanda uma função plebeia, tivesse sido exercido por Minúcio. Considerando-se sua ânsia por poder, “(...) é inadmissível que a plebe ao obter essa vantagem não a tenha utilizado ou, pelo menos, tentado utilizá-la daí por diante”. Por fim, Tito Lívio usa uma lei, prova irrefutável, para concluir seu argumento: “Mas o que indiscutivelmente contraria o título que foi inscrito por engano [*falsum*] em sua estátua é o fato de poucos anos antes uma lei ter proibido aos tribunos eleger um colega” (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 321).

Tito Lívio deixa “não-dito” que a afirmação dos autores de que Minúcio tornou-se plebeu, resultou da observação desse título na estátua erigida em sua homenagem, após ter castigado Espúrio Mélio, rico romano da ordem equestre que havia distribuído trigo aos plebeus a fim de alcançar cargos públicos. Tito Lívio refuta os autores com uma discussão da própria fonte por eles utilizada. Denuncia a “falsidade” que caracterizava a inscrição na estátua a partir de seu conhecimento sobre as relações tensas entre patrícios e plebeus, bem como, de uma dada lei que impedia a cooptação entre tribunos. Por último, a própria posição social de Tito Lívio como aristocrata o leva a não acreditar ou a não admitir que um nobre poderia chegar ao ponto de se tornar plebeu. No entanto, conforme vimos a partir de suas próprias representações, essa mobilidade política era comum em Roma.

Demonstra, pois, uma preocupação em comprovar um fato ao leitor, descrevendo no texto os passos que seguiu para que esse pudesse tirar também suas próprias conclusões. Sente-se na tarefa de expor, como historiador, que um fato presente na tradição como verdadeiro pode ser “falso” ou, pelo menos, inverossímil. Ideia que aparece em Políbio, ao se colocar no lugar de quem irá desvelar os “erros” das versões de historiadores que lhe precederam, como Fábio Pictor, Filinos e Éforo. Políbio afirma que, ao contrário do que fizeram os mesmos, descreverá a verdade dos fatos (POLÍBIOS, 1996, p. 50-51).

Tito Lívio, nesse sentido, questiona a autoridade de seus antecessores ao descobrir indícios, em outros materiais, que o levam a desconfiar de sua *fides*. O que ocorre, ao tentar explicar o motivo da nomeação de um ditador pelo cônsul Caio Licínio Calvo, usando a versão de um escritor que era também parente desse:

Licínio Mácer escreveu que o cônsul Licínio nomeou um ditador apenas para presidir as eleições, pois ao perceber que seu colega, ao invés de ocupar-se com a guerra, estava mais empenhado em apressar a realização das eleições para manter-se no consulado, quis frustrar aquela ambição digna de censura (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 84).

Considera que essa explicação, que torna o cônsul Licínio um homem público exemplar, fatalmente se invalida por ter sido elaborada por um escritor cujo interesse era “(...) exaltar um membro de sua própria família” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 84). Dessa forma, a Tito Lívio restou apresentar uma versão possível, com base nos acontecimentos de então, pois nem em seu último refúgio, os anais, havia referência ao fato: “Como não encontrei qualquer alusão ao fato nos mais antigos anais, inclino-me a acreditar que o motivo da nomeação de um ditador foi a guerra com os gauleses” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 84). Com tantas dúvidas, Tito Lívio ao menos teve certeza de algo: “O certo é que naquele ano os gauleses acamparam na via Salária, do outro lado da ponte sobre o Ânio, no terceiro marco da cidade de Roma” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 84). As dúvidas se ligam aos pormenores dos fatos, pois, ao menos sobre esses, Tito Lívio tem um mínimo de “certezas”.

Tito Lívio procura tornar público as dúvidas e incertezas que as informações contidas na tradição dos analistas lhe impõem. Admite a dificuldade de encontrar versões verossímeis sobre as experiências que já se passaram por perceber o exercício intencional com que seus *monumenta* são elaborados. Assim, ao questionar qual teria sido a função do ditador romano Aulo Cornélio “naquele ano” (comandante da guerra contra os samnitas ou presidente dos Jogos Romanos?), apresenta uma série de posicionamentos que indiciam sua desconfiança das fontes utilizadas pelos escritores, que então lhe serviam de base:

Não é fácil escolher entre um fato e outro, optar por esse ou aquele historiador. Estou convencido de que os elogios fúnebres [*memoriam funebribus laudibus*] e as falsas inscrições nos retratos dos antepassados alteraram as recordações do passado, pois as famílias procuram através de fraude e mentiras [*mendacio*] cobrir-se com a glória dos altos feitos e das magistraturas. Essa é a origem da confusão quanto aos atos de cada cidadão e quanto aos monumentos públicos [*publica monumenta*] do passado. Não há um só historiador [*scriptor*] dessa época em cujo testemunho [*auctore*] se possa confiar inteiramente [grifo nosso] (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 199-200).

Tito Lívio suspeita da autoridade de seus predecessores que já escreveram sobre o caso que lhe põe em dúvida, por terem produzido suas obras a partir de fontes (memória dos louvores aos mortos e os epitáfios) que, ao seu olhar, falsificam a memória do passado. Procura também

levar seu destinatário à percepção de que os elementos da memória do passado são, por vezes, construídos a partir de interesses políticos e que, por isso, devem ser tratados com suspeita. Tem-se, pois, um exercício que, se não pode ser considerado uma “verificação da autenticidade das fontes”, expressão talvez muito moderna, constitui, a nosso ver, uma discussão da tradição através de uma crítica a suas fontes. Tito Lívio mantém um tipo de exercício com as fontes, já presente na tradição historiográfica que lhe antecede.

Conforme Arnaldo Momigliano (2004, p. 62-63), em Heródoto já se tem uma crítica das fontes e é isso que concede à historiografia grega o que ela tem de específico. Visão que resulta, em parte, de sua intenção em mostrar “as raízes clássicas da historiografia moderna”, o que o leva a, por vezes, usar expressões demasiadamente modernas para se referir aos antigos. De toda forma, vemos, com efeito, em Heródoto uma preocupação, se não em criticar as fontes, ao menos em não aceitá-las passivamente como expressões da verdade: “Em verdade, minha obrigação é expor o que se diz, mas não sou obrigado a acreditar em tudo (essa expressão deve aplicar-se a toda a minha obra)” (HERÓDOTOS, 1988, p. 382). Para Heródoto, era relevante expor todas as versões que via e ouvia; não vinha ao caso, porém, acreditar em todas elas. Daí porque desconfia dos testemunhos orais que lhe foram relatados em suas viagens, sem deixar de introduzi-los em seu texto: “Dizem que ele é roubado aos grifos pelos arimaspos, homens de um olho só; não creio tampouco na existência de homens iguais aos outros em tudo mais, porém dotados de um olho só” (HERÓDOTOS, 1988, p. 186).

À semelhança dessa desconfiança de Heródoto, Tito Lívio costuma expor as versões de seus predecessores e, em seguida, questioná-las a partir, por vezes, de uma discussão das próprias fontes por eles utilizadas, conforme vimos antes. Por reconhecer a impossibilidade de narrar experiências verdadeiras, dada a natureza parcial das fontes, poderia, ao menos, informar ao leitor sobre seus “problemas”. Como se quisesse elaborar inovações em relação aos seus pares do passado, que teriam aceitado como indiscutíveis essas fontes “problemáticas”, Tito Lívio se coloca como o historiador que, à diferença deles, as problematiza a partir da apresentação de seu nível de parcialidade. Se Tito Lívio não necessitaria questionar as fontes para adquirir credibilidade em face de seus leitores contemporâneos, como nos diz Veyne (s/d), considerou essencial fazê-lo para se sobressair em relação aos historiadores a ele anteriores.

Nesse sentido, Tito Lívio promove um tipo de exercício que ele próprio desconsidera em seu prefácio, em que coloca que mais agradável do que acrescentar coisas novas ao que já



foi dito pelos escritores da tradição e do que ultrapassar a “rude antiguidade pela arte de escrever”, será ocupar-se da “memória dos feitos realizados pelo povo que é senhor da terra”<sup>18</sup> (TITO LÍVIO apud HARTOG, 2001, p. 205). São cuidados que, para Tito Lívio, apenas inquieta o espírito dos escritores, ainda que não os distancie do verdadeiro (*uerus*). Porém, em toda sua obra, a arte retórica e os acréscimos aos predecessores apresentam-se como exercícios frequentes. Esse próprio argumento que insere em seu prefácio, foi construído a partir do recurso à retórica, com a qual pretende se mostrar distinto da multidão de escritores presentes em seu tempo e, com isso, conquistar a benevolência do leitor. De toda forma, interessa também nesses comentários, sua compreensão de que a “arte de escrever” não se dissocia da preocupação com o *tópos* do verdadeiro.

Para Tito Lívio, não bastava contar informações verossímeis sobre o passado romano; era preciso saber fazê-lo de modo a torná-lo exemplar. Os usos da retórica e de elementos poéticos convergiam para pôr em prática essa sua dupla preocupação. As narrativas de guerras constituíam uma ocasião propícia para embelezar seu discurso e, com isso, elogiar o patriotismo dos jovens do passado, sem, no entanto, esquivar-se do campo do possível. Assim, no contexto da guerra contra os latinos, amplifica um ato de sacrifício do cônsul Públio Décio pela salvação da pátria, tornando-o heroico a partir de sua descrição detalhada:

Cingindo sua toga à moda de Gábios, saltou com todas as armas sobre seu cavalo e lançou-se no meio das fileiras inimigas, à vista dos dois exércitos. Parecia um ente sobre-humano, um enviado do céu para expiar a cólera dos deuses, libertar seu povo de um flagelo e fazê-lo recair sobre o inimigo. Assim, o terror e o pânico penetraram com eles nas primeiras fileiras do exército latino e logo depois se propagaram a todo o exército. Ficou provado [*euidentissimum*]<sup>19</sup> que por onde quer que passasse seu cavalo, os inimigos se aterrorizavam como se atingidos por um astro maldito. No momento em que caiu transpassado pelos dardos<sup>20</sup>, as coortes latinas, tomadas de pânico incontrolável, debandaram, deixando o terreno inteiramente livre (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 153-154).

<sup>18</sup> A tradução desse trecho pelo tradutor que é base desse trabalho, se distancia em demasiado com o termo latino, modernizando-os. Para a expressão *memoria rerum gestarum*, usa “celebração dos altos feitos” (PEIXOTO, Paulo Matos. 1989, p. 17). Expressão que banaliza o significado da noção de memória que, para Tito Lívio, está associada à escrita dos acontecimentos, logo, a própria história que não necessariamente queria “celebrar” os feitos romanos. Assim, Peixoto reduz a história para Tito Lívio a uma mera “celebração” dos feitos dos romanos, para a execução da qual não seria necessário se preocupar com fundamentos em fontes, por exemplo.

<sup>19</sup> Superlativo de *evidens*: evidente, claro, visível; digno de crédito (FARIAS, 1991, p. 203).

<sup>20</sup> *Ubi uero corruit obrutus telis* (em verdade, no momento desabou aniquilado pelos dardos). Na tradução que utilizamos, não se tem a referência ao significado de *uero*.

Tito Lívio procura assinalar a verossimilhança desse feito, ao comentar que o corpo de Décio, logo após as buscas, foi encontrado “(...) sob um montão de cadáveres inimigos, crivado de dardos” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 155). Além disso, se preocupa em demonstrar que conhecia bem esse costume da tradição romana, ao descrevê-lo com todos os detalhes<sup>21</sup>, como se dessa forma quisesse dizer ao leitor que o feito de Décio era possível de acontecer num tempo em que os costumes civis de Roma eram respeitados. Sacrificar-se em prol da pátria constituía um costume das instituições ancestrais, cuja *memoria*, segundo Tito Lívio, estava sumindo paralelamente a sua substituição por costumes novos e estrangeiros (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 156). Apenas ele, como historiador, poderia impedir esse desaparecimento a partir da narrativa de feitos exemplares que, sobretudo num passado distante, tiveram plenas possibilidades de terem acontecido.

Observamos que Tito Lívio se coloca como um historiador, cuja ligação com o verdadeiro (*uerus*), se existir, em muito se distancia da relação estabelecida com esse termo por outros historiadores de seu tempo. Argumento que se justifica com a passagem a seguir, em que, para elevar o caráter glorioso de uma batalha vitoriosa dos romanos contra os samnitas, sublinha que mesmo os historiadores que se detém à verdade, que não parece ser o seu caso, consideraram-na gloriosa: “Grande foi a glória dessa batalha em que se combateu no território de Sentino, mesmo para quem se atém à verdade [uero]” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 326). Assim, Tito Lívio eleva a verossimilhança da glória resultante da batalha, visto que não foi apenas ele, com seu patriotismo, que assim a considerou, mas também os próprios escritores que prezam pelo verdadeiro.

Apresentando uma postura que tem como base o possível, cujas fronteiras, segundo ele, devem ser respeitadas, Tito Lívio realça o caráter impossível de certas informações que encontra nos escritores antigos: “Mas alguns historiadores, com seus exageros, ultrapassam os

---

<sup>21</sup> Veja-se toda a descrição do costume pelas palavras de Tito Lívio: “Devo explicar que um cônsul, um ditador ou um pretor, quando dedica as legiões inimigas aos deuses, não é obrigado a sacrificar-se a si próprio, podendo escolher livremente qualquer outro cidadão, desde que pertença a uma legião romana. Se o homem escolhido morre, considera-se o sacrifício completamente consumado. Mas se ele sobreviver, sepulta-se então uma estátua de sete ou mais pés de altura e sacrifica-se uma vítima expiatória. O magistrado romano não pode, sem cometer sacrilégio, pisar no local onde é enterrada a estátua. Se o chefe quer sacrificar-se a si mesmo, como o fez Décio, e não morre, qualquer ato religioso, público ou particular, realizado por ele será considerado impuro, seja o sacrifício de uma vítima, seja outro qualquer. Aquele que se sacrifica tem o direito de consagrar suas armas a Vulcano ou a outra divindade. O dardo sobre o qual o cônsul pisou durante sua prece não deve cair nunca em poder do inimigo. Mas se tal acontecer oferece-se um suovetaurílio em expiação a Marte” (TITO LÍVIO, 1989, v.II, p. 155-156).

limites do que se pode crer [*fidem*], atribuindo ao exército inimigo trezentos e trinta mil infantes, quarenta e seis mil cavaleiros (...)” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 326).

Tito Lívio entende o verossímil enquanto um conceito que se distancia, sobretudo do falso e que mantém uma relação de proximidade com o verdadeiro. Para defender o jovem Cipião, então acusado pelos senadores por corrupção da disciplina militar, admite que essas acusações são verossímeis, por serem “falsas”<sup>22</sup> e verdadeiras ao mesmo tempo: “Embora essas acusações fossem em parte verdadeiras [*uera*], em parte falsas [*mixta*] – e por isso mesmo verossímeis [*similia ueris*] –, a opinião que prevaleceu foi a de Quinto Metelo, que em tudo apoiou Máximo, mas poupou Cipião” (TITO LÍVIO, 1989, v. IV, p. 108-109). Contudo, afirma que Cipião foi poupado após sua defesa por Quinto Metelo que atua na narrativa como um “porta voz” de Tito Lívio, enumerando os feitos do passado do réu para livrá-lo das acusações do presente:

Com efeito, disse ele, não seria nada lógico, depois de se escolher há pouco aquele jovem como general indicado para recuperar a Espanha; depois de, recuperada a Espanha, nomeá-lo cônsul para pôr fim à guerra púnica; depois de, com grandes esperanças, contar com ele para arrancar Aníbal da Itália e conquistar a África, chamá-lo de repente de sua província, praticamente condenado sem sequer ter apresentado defesa (TITO LÍVIO, 1989, v. IV, p. 108-109).

Tito Lívio se desloca de seu lugar como historiador, deslizando-se para um papel provisório: o de orador. Assim, utiliza uma das seis partes que compõem o discurso retórico segundo Cícero: a refutação, conceituada como a “destruição dos argumentos contrários” (CÍCERO, 2005, p. 57). A acusação a Cipião se encaixa na causa jurídica (CÍCERO, 2005, p. 77), constituída por várias divisões e subdivisões, das quais se tem a noção da súplica. Por meio dessa, o réu poderia ser defendido, a partir do argumento de que havia cometido muitos atos justos e virtuosos no passado que superariam seus “erros” (CÍCERO, 2005, p. 79). Não seria decoroso, então, permitir que o romano mais virtuoso entre todos fosse condenado, ainda que suas acusações fossem verossímeis.

Portanto, se Tito Lívio considera verossímil as ações de Cipião, contrárias à disciplina romana, usa um argumento retórico que torna aquele aspecto superável. Todavia, trata-se de

---

<sup>22</sup> *Mixta* advém do verbo *miscere* que significa “misturar”, “mesclar” (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 588). Liga-se ainda a algo que se encontra confundido (FARIAS, 1991, p. 342-343). Noções que se associam, por hipótese, à idéia de falsidade, de algo que não se encontra em seu “lugar correto”.

um argumento também verossímil, pois baseia-se em fatos do passado que aconteceram ou poderiam ter acontecido<sup>23</sup>. Defende, enfim, o verossímil, o crível, o possível.

Conceitos que Tito Lívio associa às duas tradições presentes em seu texto: a escrita (*memoria*) de seus predecessores e a oralidade (*fabula e fama*). Sobre esta, Tito Lívio considera que, por seu vínculo com o universo da *fabula poetica*, não lhe cabe a ousadia de aceitá-la, nem de abandoná-la. Porém, se para tornar mais digno e augusto o passado de Roma, é relevante recorrer a ela, ele o fará:

(...) a essas tradições mais ilustradas por lendas poéticas [*fabulis poeticis*] do que apoiadas no testemunho irrecusável da história [*rerum gestarum monumentis*], não pretendo afirmá-las nem contestá-las. Concede-se aos antigos a permissão de introduzir a interferência divina nas ações humanas, para tornar mais veneráveis as origens da cidade... (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 18).

Recepciona as *fabulae* por considerar que elas poderiam contribuir em sua construção de um passado romano exemplar. A elas, opõe os *monumenta rerum gestarum*, documentos escritos que evocam a memória dos feitos de Roma. De toda forma, os usos da tradição oral, que no mundo antigo era extensiva aos distintos gêneros discursivos, constituem mais uma estratégia narrativa do que uma ingenuidade de Tito Lívio. Escreve a partir de elementos ligados ao mundo divino/religioso com uma perspectiva pragmática que, no entanto, é encoberta por sua “arte de dizer”.

Tito Lívio admite que nos primeiros cinco livros da *Ab urbe condita*, usou como principal material para sua produção as tradições escrita e oral, em virtude da inexistência, segundo ele, de documentos (*litterae*) que tivessem sido escritos à época dos fatos. Comenta, ao iniciar o livro VI, acerca do caráter “obscuro” das coisas sobre as quais narrou nos livros anteriores, argumentando que elas se situavam a uma distância temporal considerável em relação ao seu contexto. Acrescentando-se a isso, havia pouca quantidade de outros *monumenta* que contribuíssem para escrever sobre tempos tão remotos. Sua maioria havia sido destruída em incêndios ocorridos em Roma:

É uma história [*res*] demasiado obscura, em parte por sua antiguidade, que a torna semelhante aos objetos difíceis de perceber a grande distância, em parte pela

<sup>23</sup> Cícero se refere à Narração, uma das partes do discurso oratório, como o momento em que o orador expõe fatos que aconteceram ou que poderiam ter acontecido a fim de tornar sua causa provável (CÍCERO, 2005, p. 57).

insuficiência e raridade de documentos escritos [*litterae*] na época, única testemunha fiel dos feitos passados [*una custodia fidelis memoriae rerum gestarum*], uma vez que até os documentos registrados nos comentários dos pontífices [*commentariis pontificum*] e outros monumentos públicos e privados [*publicis priuatisque monumentis*] foram na maior parte destruídos no incêndio da cidade (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 09).

A antiguidade dos feitos, então, encobriria o passado, tornando-o inacessível e desconhecido. Haveria um caminho possível para iluminá-lo: o recurso aos *litterae*, únicos guardiões (*custodiae*)<sup>24</sup> da memória dos feitos do passado, por terem sido nesse produzidos. São eles, segundo Tito Lívio, que protegem os fatos do perigo de seu esquecimento, conservando-os para que, posteriormente, pudessem ser narrados pelos historiadores. São eles ainda que poderiam permitir ao historiador a construção de uma narrativa verdadeira, dada sua *fides*. Porém, esses materiais, vistos por Tito Lívio como os únicos através dos quais seria possível alcançar o verdadeiro, também não existem no passado remoto sobre o qual narrou. Ainda restariam outras possibilidades, embora providas de menor credibilidade que os *litterae*: as anotações dos pontífices e os monumentos públicos e privados. No entanto, todos esses documentos se perderam com a ocorrência de incêndios em Roma que jogaram muitos acontecimentos da zona do esquecimento.

De toda forma, Tito Lívio não desistiu de escrever uma história verossímil, acessível também a partir das *fabulae*. A despeito da pluralidade de documentos escritos, então inacessíveis, foram elas, além dos analistas, que lhe permitiram construir uma obra que rememorasse um passado em demasiado distante.

Tito Lívio opina sobre o estatuto das *fabulae*, ao considerar que não as aceita, nem as rejeita, como se quisesse se tornar neutro e, assim, apresentar-se como íntegro ao seu leitor. Costuma acrescentá-las aos feitos apropriados ora da tradição dos analistas, ora da memória “oficial” de Roma (os anais dos pontífices máximos). Através de uma *fabula*, é que explica como os romanos conseguiram, de início, sair de um túnel que haviam construído, como estratégia militar, sob as muralhas de Véios e, por fim, como invadiram o espaço supraterrâneo da cidade, atacando-a. Tito Lívio faz uma rápida digressão, em meio à narrativa da guerra dos romanos contra os veientes, para contar essa *fabula*:

---

<sup>24</sup> Significa “guarda”, “guardião”, ligado à vigília, na língua militar. Não possui etimologia (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 239).

Aqui se insere uma história fantástica [*fabula*]. Estava o rei de Véios imolando uma vítima quando a voz do arúspice, dizendo que o homem que cortasse as entranhas da vítima alcançaria a vitória, teria chegado até o túnel e movido os soldados romanos a saírem do subterrâneo, arrebatarem as entranhas e levá-las ao ditador. Contudo, tratando-se de fatos tão remotos [*rebus tam antiquis*], eu me daria por satisfeito se o verossímil [*similia ueri*] pudesse passar por verdadeiro [*ueris*]. Mas histórias dessa natureza, mais adequadas à encenação teatral [*ostentationem scenae gaudentis*], que se compraz mais com a apresentação do maravilhoso [*miraculis*] do que com a verdade histórica [*fidem*], não vale a pena afirmá-las nem contestá-las (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 410).

Os deuses não permitiriam que os romanos, mesmo estando num espaço bem distante da voz do arúspice, deixassem de ouvir um presságio que definiria os vencedores da batalha. Ouviram-no, fizeram o que lhes orientava e partiram para a vitória, que se torna mais gloriosa com o uso da *fabula*, pelo fato de Tito Lívio associá-la ao universo do divino. Porém, esse elemento não exclui o caráter verossímil da narrativa sobre a guerra.

Tito Lívio desloca a *fabula* de seu “lugar próprio”, o gênero poético, para o gênero da história. Pois, embora afirme que ela convém mais ao gênero teatral, ligado a uma exibição/simulação (*ostentatio*)<sup>25</sup>, geradora de alegria e prazer (*gaudium*)<sup>26</sup>, não se isenta de recepcioná-la. Preocupa-se em esclarecer a diferença entre o gênero teatral/poético, ligado ao verossímil e ao maravilhoso (*miraculis*)<sup>27</sup>, e o gênero historiográfico, associado ao verdadeiro e à “boa-fé” (*fides*). No entanto, com um exercício de “tradução”, tornam relevantes para a história os elementos próprios ao primeiro.

---

<sup>25</sup> *Ostendo*: “expor”; *ostentum*: na língua augural, “presságio”; *ostentatio*: “mostrar com afetação/fingimento ou ostentação” (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 682).

<sup>26</sup> *Gaudeo* (“alegria”) possui algumas complicações em sua etimologia que a torna pouco clara. (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 394).

<sup>27</sup> Derivado de *mirus* (“espantoso, estranho, maravilhoso”). Onde, *miraculum*: “coisa espantosa” e, na língua religiosa, “prodígio, milagre”, tomou um sentido laudativo. A etimologia, apenas plausível, de *mirus* o liga a “sorrir” que, em latim, não se associa nem a admirar, nem a se espantar. Mas, em sua língua de origem (skr.-*smeráh*) se liga a alegre, admirável, agradável (ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 587-588).

Neste exemplo, aparece a distinção entre *fabula poetica*, ligada ao *uerus similis*<sup>28</sup> e o que chama no prefácio de *incorruptus rerum gestarum monumentum*<sup>29</sup>, ligado ao *uerus*. Distinções que existem, mas que não tornam esses conceitos dicotômicos. Tito Lívio considera que sua escrita sobre os feitos do povo romano, então, associa-se a fontes que lhe fornecem um caráter verdadeiro dos fatos, a exemplo dos materiais escritos a sua época e, em última instância, dos textos dos analistas dela mais próximos. Por outro lado, liga-se também a tradições orais que, a seu ver, lhe possibilitam construir um passado augusto para Roma, associado ao verossímil.

Temos a impressão que Tito Lívio associa o adjetivo *incorruptus* às ideias de intacto e puro (FARIAS, 1991, p. 271), como se concebesse o estatuto de sua memória a partir de uma perspectiva moralista, que o conduziria a se esforçar ao máximo para alcançar o que se assemelha ao verdadeiro (*uerus similis*), caso o verdadeiro (*uerus*) não fosse plenamente possível. Sua diferença conceitual entre o verdadeiro e o verossímil se aproxima, pois, da que estabelecemos na contemporaneidade.

Cícero (2005, p. 64-65), de quem Tito Lívio se apropriou, conceitua a *fabula* como ações que não são nem *ueras* (verdadeiras) nem *ueri similes* (verossímeis), associando-a às experiências relatadas no gênero poético da tragédia. Difere-se de Aristóteles (1997, p. 28), para quem o *mythos* era uma imitação dos poetas do ponto de vista da verossimilhança e da necessidade. Para Cícero, a fábula não poderia ser encaixada no campo da verossimilhança, visto constituir-se de uma narração “falsa”. Tito Lívio reemprega a compreensão de Cícero, não negando o caráter verossímil da fábula e, assim, aproximando-se mais de Aristóteles.

São noções que Tito Lívio desloca para construir uma *memoria rerum gestarum* que se pauta ora no *uerus*, ora no *uerus similis*, compreendendo esse como um elemento sinalizado pelas fontes que não fazem parte do exercício de mimetização dos poetas. Para Tito Lívio, a

---

<sup>28</sup> Conforme Idem, *ibidem*, temos: *similis*: semelhante, igual. Corresponde a dois substantivos derivados: *simultas* (“o que é junto”, “rivalidade, competição, hostilidade recíproca, inimizade”) e *similitudo* (“semelhança, afinidade”, na língua da retórica, “analogia e comparação”). De *similis*, surgiu *similo-as*: “representar exatamente, copiar, imitar”, por oposição ao objeto real/verdadeiro, ao modelo. Onde: “tomar a aparência de”, “fingir/simular/imaginar”. À época do baixo império aparece *similare*. Onde: *simulacrum*: “imagem, representação (pela pintura, escultura, espelho, etc.)”, “espectro, simulacro”. Na filosofia, se opõe à *res, corpus*. ((ERNOUT e MEILLET, 1932, p. 901). *Res*: exprime “o que existe, a coisa, a realidade” (*Ibidem*, p. 822). Nesse sentido, entendemos o *uerus similis* como semelhante ao verdadeiro que, por sua vez, existe enquanto um conceito, uma idéia. Através dele, Tito Lívio elabora uma narrativa semelhante ao verdadeiro que, para ele, era praticamente inalcançável, ainda que buscasse alcançá-lo. Admite que sua história é, antes de tudo, uma narrativa verossímil.

<sup>29</sup> “Monumento incorruptível dos feitos acontecidos”.

história deve narrar com base no *uerus*, contudo mediante sua ausência, o *uerus similis* da poesia é sempre bem-vindo. A ele, o historiador costuma conceder um tratamento historiográfico, retirando, por exemplo, elementos que pudessem afastar completamente a experiência das possibilidades de sua ocorrência e, logo, do campo do possível. Tito Lívio justifica o verossímil e, por outras vezes, assinala seu inverso: o impossível, que não caberia em sua produção historiográfica.

Nesse sentido, Tito Lívio promove um tipo de exercício, descrito por Paul Veyne (s/d, p. 27) como sendo uma tentativa de separação entre o trigo e o joio, ao se referir à *fabula* dos gêmeos, sobre a qual diz a tradição (*fama*) que as tetas de uma loba teriam alimentado Rômulo e Remo após ambos serem lançados ao rio. Prossegue, colocando que o pastor Fáustulo, ao ver os gêmeos perdidos e sem lar, os levou para seu recinto a fim de criá-los junto com sua esposa, Larência. Tito Lívio, então, articula elementos divinos e humanos, concluindo que, outras versões consideram que Larência era uma *lupa* (loba), cujo sentido figurado significava prostituta (FARIAS, 1991, p. 322): “Outros julgam que Larência era uma prostituta, uma ‘loba’, como chamavam os pastores. Teria sido esta a origem da lenda maravilhosa [*fabulae miraculo*]” (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 25). Dessa maneira, Tito Lívio atribui à *fabula* um tratamento historiográfico, ao se preocupar em informar sua procedência. Desvia dela o que considera inverossímil: duas crianças serem amamentadas por uma loba.

Tipo de desvio que promove também ao fazer usos da própria memória “oficial” de Roma: os Anais. Considera como fora do campo do possível uma informação que neles encontra, conforme a qual os romanos teriam combatido também em Fidenas num ano de muitas guerras contra os povos itálicos:

A frota também combateu em Fidenas, conforme registram certos anais [*annales*]. É um fato [*rem*] igualmente difícil e inconcebível [*incredibilem*], pois mesmo agora o rio não é suficientemente largo para a navegação e, segundo nos transmitiram os antigos, naquela época ainda era mais estreito (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 344).

Tito Lívio aciona seu conhecimento do presente para se contrapor aos anais, pois, conforme ele próprio observou, o rio, através do qual os romanos poderiam chegar a Fidenas, era assaz estreito para tornar impossível a navegação. Argumenta ainda que o máximo que poderia ter acontecido era a simulação de uma guerra a partir da junção de “(...) um pequeno número de barcos, cuja importância, como em geral acontece, teria sido exagerada para se incorporar aos feitos a inútil glória de uma vitória naval” (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 344).



Então, considera o feito inacreditável (*incredibilis*) por sua impossibilidade de ter acontecido, ao menos da forma grandiosa com que o tratou os anais.

Por outras vezes, Tito Lívio chega a construir narrativas com base apenas no que poderia ter acontecido, apresentando um tipo de exercício que resulta, a nosso ver, da recepção de um dos conceitos do possível segundo Aristóteles (1997, p. 29), segundo quem havia o possível que não aconteceu, mas que era verossímil, e o possível que aconteceu. É o primeiro conceito que vemos recepcionado na digressão que Tito Lívio elabora para descrever como os romanos teriam reagido ao exército de Alexandre Magno caso tivessem com ele combatido. Toma como ponto de partida, uma referência ao “glorioso” general romano Papírio Cursor que chegara em triunfo a Roma após gloriosa vitória contra os samnitas: “Houve quem julgasse que, como general, ele se teria equiparado a Alexandre, o Grande, se este após subjugar a Ásia tivesse empunhado armas contra a Europa” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 228).

A partir disso, é que sente necessidade de fazer a digressão, justificando-a ao afirmar que desde o início da obra procurou seguir a cronologia dos fatos. Porém, “(...) ao mencionar tão grande rei e general, sinto-me levado a registrar aqui as reflexões que mais de uma vez me ocuparam secretamente o pensamento. Permitti-me, pois, analisar qual teria sido, para o Estado romano, o resultado de uma guerra contra Alexandre” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 228). Considerando a fama do macedônio, construir um combate entre seu exército e o romano, constituiria um exercício que a Tito Lívio permitiria engrandecer ainda mais seu povo.

Tito Lívio considera que a quantidade de soldados e sua coragem, o talento dos comandantes e a sorte são os principais elementos que definem a vitória numa guerra. Dessa forma, “(...) o Império Romano teria facilmente permanecido invicto diante de Alexandre, do mesmo modo que diante de outros reis e nações” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 229). Argumenta que boa parte da glória de Alexandre explica-se por ter morrido jovem, logo na fase de crescimento da Macedônia e por não ter vivenciado os azares da sorte. Passa a estabelecer comparações entre os feitos de Alexandre e de vários “heróis” romanos, interrogando, em tom de afirmação, se o macedônio teria os vencido:

Os feitos de Alexandre como soldado não o tornaram menos notável, mas teria ele feito recuar em combate, se os tivesse como adversários, Mânlio Torquato ou Valério Corvo, ilustres como soldados antes de sê-lo como generais? Teria ele feito recuar os Décios, que se sacrificaram lançando-se entre os inimigos? Teria ele feito recuar Papírio Cursor, com sua força física e firmeza de espírito? (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 229).

Tito Lívio usa, pois, a referência de Alexandre para elevar a grandeza dos romanos, visto que coloca esses não apenas como equiparáveis ao macedônio, mas como homens a ele superiores. Por outro lado, afirma que, provavelmente, se Alexandre tivesse vivido mais tempo, seus vícios teriam aumentado. Mais um elemento que facilitaria a vitória dos romanos:

Que teria acontecido se tivesse aumentado cada vez mais seu amor ao vinho? Se o mesmo tivesse acontecido com sua cólera selvagem e terrível (digo apenas o que foi afirmado pelos historiadores)? Podemos acreditar que tais vícios não viessem a prejudicar suas qualidades de general? (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 230-231).

Toda a argumentação de Tito Lívio gira em torno do objetivo de persuadir seu destinatário de que a glória dos romanos superava a grandeza de Alexandre; grandeza que se restringia a um único indivíduo e a pouco mais de dez anos. Entre os romanos, contudo, a grandeza foi e era distribuída entre vários magistrados e existia desde a fundação da cidade. Assim, o exército de Alexandre provavelmente passaria por grandes perigos, caso enfrentasse o romano, pois que “(...) os macedônios possuíam um só Alexandre, exposto a inúmeros azares da guerra e até se oferecendo a eles, ao passo que os romanos possuíam muitos generais semelhantes a Alexandre por sua glória ou pela grandeza de seus feitos” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 232). Além disso, se os romanos já venceram tantas outras batalhas, com seus soldados, inigualáveis no exercício dos trabalhos e na superação das fadigas, não haveria dúvidas que venceriam também Alexandre e seus soldados.

Em meio a informações que poderiam ter acontecido, Tito Lívio admite que “(...) os romanos não tiveram encontros com Alexandre e com as forças intactas da Macedônia”. Porém, “(...) tiveram os macedônios como inimigos em suas lutas contra Antíoco, Filipe e Perseu, sem sofrerem derrota nem sequer grave ameaça” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 234). Seja como for, Tito Lívio tem uma compreensão certa acerca do soldado romano: “Ele, porém, repeliu e repelirá mil exércitos mais bem equipados do que o dos macedônios e o de Alexandre, desde que perdure o amor por essa paz na qual vivemos e a preocupação em manter a concórdia entre os cidadãos” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 234). A condição, pois, para a glória de Roma era a manutenção da “paz” que Tito Lívio afirma presenciar em seu tempo; manutenção que deveria ocorrer a partir do fomento à harmonia civil, possível apenas com a prática dos costumes tradicionais.

A inserção dessa digressão em sua obra contribuiu para Tito Lívio elevar ainda mais a coragem e a glória do exército romano, na medida em que apontou evidências verossímeis, considerando as vitórias anteriores, de que o mesmo teria vencido o tão famoso e invencível exército de Alexandre, caso com ele combatesse. Trata-se de uma estratégia narrativa, a partir da qual Tito Lívio coloca seus romanos no ápice da grandeza e do heroísmo. Em momento algum o historiador constrói situações impossíveis de terem acontecido, tendo como base os feitos dos romanos do passado. Narra, pois, um verossímil; um verossímil que denuncia um fato que poderia acontecer, se se considerarmos a grandeza dos romanos de outrora, aos olhos de Tito Lívio, verossímeis. A vitória seria inverossímil, se a guerra ocorresse num tempo em que os costumes tradicionais, como o patriotismo, estivessem corrompidos, o que não é o caso do tempo sobre o qual Tito Lívio narra.

A ideia de verossimilhança, conforme Tito Lívio, se associa também às opiniões que se vê quase obrigado a construir sobre os fatos, diante da ausência de fontes mais fiéis sobre eles. Aponta várias explicações prováveis para entender os motivos das intermináveis batalhas dos romanos contra os volscos e os équos e, além disso, o que teria levado tais povos a constantemente formarem novos exércitos para a luta contra os romanos:

Os antigos silenciam sobre a matéria. Que poderia eu então propor senão uma opinião [*opinionem*], como cada leitor poderá formar a sua através de suas próprias conjecturas? É provável [*simile veri*] que nos intervalos entre duas guerras, como atualmente ocorre nos alistamentos romanos, os volscos se tenham servido de nova classe de jovens para iniciar a guerra. É provável também (...). É ainda provável (...)  
(TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 25).

Tito Lívio pode alcançar apenas o que é semelhante ao verdadeiro (*simile veri*) num momento em que se vê num fogo cruzado, dada a pluralidade de interpretações possíveis. De toda forma, adota ao término de suas cogitações, uma das versões, confirmando o que já havia sido dito pelos demais escritores. “Contudo, como afirmam todos os autores [auctores], o exército dos volscos era na verdade imenso, apesar dos últimos golpes descarregados sob os auspícios e o comando de Camilo” (TITO LÍVIO, 1989, v. II, p. 25). Afirma que irá lançar uma opinião, mas termina corroborando a tese dos escritores e, com isso, considera a escrita um elemento mais pertinente para a construção de sua memória, o que não quer dizer muita coisa, dada a quantidade de referência à tradição oral que encontramos em sua obra.

Ao se referir a um tratado estabelecido entre albanos e romanos à época do reinado de Túlio Hostílio, comenta que se trata do tratado mais antigo da “tradição”. “Este foi o mais antigo tratado que a tradição [*memoria*] nos conservou” (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 52). Neste caso, usa o termo *memoria*, o que nos leva a crer que esse está associado ao que é escrito pela tradição dos analistas, já que Tito Lívio, ao se referir a sua escrita, a designa como uma *memoria rerum gestarum*. Vejamos outro exemplo: “Nenhum fato digno de memória [*dignum memoria gestum*] ocorreu na guerra com os veientes” (TITO LÍVIO, 1989, v. I, p. 166). Digno, portanto, de escrita.

Observa-se, diante desses e outros exemplos do *corpus* liviano, que o conceito de memória no mundo romano estava associado à escrita, próximo, em parte, de seu significado no mundo grego. Heródoto pensa a memória como a exposição (*apodéksis*) dos resultados de sua investigação, a fim de que os feitos de bárbaros e helenos não caíssem no esquecimento (HERÓDOTOS, 1988, p. 19). Produziu uma história tendo como principal fonte a tradição oral que, por sua vez, foi preservada do esquecimento ao se tornar uma memória escrita através da história (MORELO, 2001, p. 24). A tradição oral, para a maior parte dos historiadores gregos, era o segundo elemento relevante para a fabricação de uma história do presente, pois antes dela, valorizava-se o “olho” do historiador, próprio testemunho dos fatos e, por isso, fonte mais fiel. Tito Lívio, todavia, concebe a escrita como a fonte mais fiel, ainda que utilize em demorado a oralidade. Com isso, nos dá a impressão que essa sua ideia foi apropriada pelos historiadores do século XIX, que pensavam a escrita como a única fonte detentora da verdade.

Semelhante ao que faz Heródoto quando expõe o que “ouviu” e o que “viu”, Tito Lívio se preocupa, de um lado, em apresentar marcas que indicam seus usos da tradição oral (“diz-se”, “conta-se”, etc.); de outro, em assinalar os variados materiais escritos que utilizou, subdivididos em “fontes primárias” (livros dos magistrados, tratados entre Roma e outras cidades, livros línteos, livros sibilinos, registros dos anais pontífices máximos, monumentos públicos e privados, inscrições, estátuas, túmulos, epitáfios, etc.) e na tradição de escritores predecessores (Licínio Mácer, Fábio Píctor, Pisão, Valério Âncias, Célio Antípatro, Tubero, Cláudio Alimento, Políbio, dentre outros). Apenas esse último nos foi possível acessar. De Fábio Píctor, tem-se apenas poucos fragmentos, o que nos impossibilitou um exercício de cotejo entre ele e os outros escritores romanos com a obra de Lívio. Apesar das distinções que fizemos entre eles, compreendemos todos esses materiais como as fontes usadas por Tito Lívio.

Tito Lívio comenta ainda sobre as dissonâncias que atravessavam os mundos da oralidade e da escrita, ao associar a primeira à noção de opinião: “Eis o que era preciso referir a propósito de tão grande homem, malgrado os desacordos entre as opiniões [*opinionibus*] e as fontes escritas [*monumenta litterarum*]” (TITO LÍVIO, 1989, v. V, p. 273). Trata-se da narrativa sobre o noivado da filha de Cipião Africano com T. Graco, sobre o qual não se tinha certeza se havia ocorrido antes ou depois da morte de Cipião. Diante das dúvidas, Tito Lívio ainda elogia Cipião, por ter concedido a mão da filha a Graco, mesmo após os conflitos com ele enfrentados, limitando-se a narrar o que lhe era possível tendo em vista as incongruências entre as fontes orais, ligadas à *opinio*<sup>30</sup> e as escritas, ligadas aos *monumenta litterarum*. Neste caso, Tito Lívio não estabelece hierarquizações entre os mundos do oral e do escrito, já que não aponta a superioridade de um ao outro, apenas informando que há muitas discordâncias entre eles.

A tradição oral, para Tito Lívio, estaria dissociada da noção de verdade, ideia que aparece de forma mais categórica nos escritos de Tácito, para quem, por estar associada ao *populus*, ela não possuiria credibilidade. No livro IV dos *Anais*, em uma das poucas discussões estabelecidas pelo historiador sobre as fontes, Tácito refuta os “rumores” do povo sobre a morte de Druso, filho do então *princeps* Tibério, afirmando que, à diferença do que aqueles divulgavam, Tibério não foi o culpado da morte do próprio filho, pois nem mesmo os historiadores inimigos do *princeps* o culparam. Dessa forma, Tácito demonstra confiança apenas no que alguns autores escreveram e, portanto, no mundo da escrita “oficial”, retirando o valor do que chama de “boatos populares”. Sente-se num dever, como historiador, de desvelar a verdade, denunciando “fábulas horrorosas”, criadas pelo *populus*:

A razão, porém, porque me cansei em escrever estas patranhas foi para com este exemplo tão claro poder *desmentir outras calúnias históricas* [grifo nosso], e acautelar os que me houveram de ler para que não creiam de leve em tudo o que se conta por isso só que é maravilhoso, e mais do que agrado da multidão; nem o prefiram às verdades singelas em que não entram milagres (TÁCITO, 1965, p. 160).

Tácito caracteriza o *populus*, o *vulgus* ou a *plebs* como grupos “(...) carentes de sabedoria e avessos à elaboração de um juízo crítico que almeje a verdade” (JOLY, 2001, p. 31), colocando-os à prova e, por fim, refutando sua versão, pois que a “(...) a opinião do vulgo

---

<sup>30</sup> Opinião, suposição, conjectura, crença, etc (FARIAS, 1991, p. 378).

repousa em uma falsa indução, corroborada pelo viés parcial que tem do episódio” (JOLY, 2001, p. 32).

Tito Lívio, por outra parte, sugere a compreensão de que as fontes escritas constituíam, aos seus olhos, o único meio para atingir o *uerus*, porém, não o único meio para escrever história, conceito que está associado também ao *uerus similis*. Este, por sua vez, se liga às *fabulae* e/ou às *famae*, bem como, aos textos dos analistas, pois que ambos não constituem uma escrita construída à época dos feitos narrados. Deste modo, embora não conceba a tradição oral, por exemplo, como documento, Tito Lívio as utiliza como se o fosse, demonstrando uma incongruência entre o que teoriza e o que promove; entre o “dito” e o “não-dito”.

Se Tácito se mostra intransigente em seu menosprezo aos “rumores” do *populus*, Tito Lívio não deixa de usá-los, apresentando-se como um historiador que não renuncia a qualquer tipo de material se considerá-lo de algum modo relevante para a construção de sua história. Narrar sobre um passado distante, por exemplo, só lhe foi possível, em grande medida, pelo diálogo estabelecido com a tradição oral, ainda que a desautorize enquanto desprovida de credibilidade para o alcance da verdade.

De toda forma, se Tito Lívio considera as fontes escritas (*monumenta litterarum*) mais providas de *fides*, não significa que constituíram o principal recurso para a produção de sua obra, pois foram por ele pouco utilizadas. Nela, prevalece, de um lado, o uso da tradição dos analistas, escritos *a posteriori* e, de outro, a tradição oral, cuja presença não se resume, pois, aos primeiros livros, mas é extensiva a toda sua obra. Deslocamos os sentidos que Tito Lívio atribui à noção de fonte, considerando que essa se constitui de uma articulação entre os materiais que lhe possibilitaram rememorar o passado: a oralidade, a escrita dos analistas e os “documentos escritos”.

Consideramos que o exercício com esse universo plural de fontes constitui uma inovação de Tito Lívio em relação aos gregos, cujas bases eram a oralidade e a visão. Por outro lado, um exemplo de aproximação conosco, já que valorizamos as articulações entre os usos da escrita e o da oralidade, entendendo-as, a maior parte das vezes, como fontes que se complementam. Trata-se do elemento que distingue a história da poesia, permitindo ao historiador a construção de um texto provido de um estatuto verossímil e, por isso, crível.

Por fim, entendemos que se Tito Lívio considera que narra o verdadeiro (*uerus*) apenas quando do uso de documentos escritos (*monumenta litterarum*) e que, por outro lado, narra o

verossímil (*uerus similis*) quando do uso dos textos, escritos *a posteriori* pelos analistas e/ou daquilo que se conta (*fama e fabula*), o último exercício prevalece em seu *corpus* textual, já que teve pouco acesso aos *litterae*. O estatuto textual da *Ab urbe condita* a remete, pois, a um conceito considerado pela tradição dos historiadores antigos como intrínseco, sobretudo ao universo da poesia: a verossimilhança. Por outro lado, a desvia de uma noção considerada por eles como peculiar ao discurso historiográfico: a verdade.

**Referências bibliográficas:**

- ARISTÓTELES. Arte poética. In: \_\_\_\_\_ *et al.* *A poética clássica*. Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- CÍCERO. *Dos deveres*. Trad.: Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- COLLINGWOOD, R. G. *A historiografia greco-romana*. In: *A idéia de História*. Trad.: Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 27-78.
- DOSSE, François. *A história*. Trad.: Maria Elena O. Assumpção. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932.
- FARIAS, Ernesto. *Dicionário escolar latino português*. Rio de Janeiro: FAE, 1991.
- HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- HERÓDOTOS. *Histórias*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988.
- JOLY, Fábio. Teleologia e metodologia históricas em Tácito. *Revista História da UFG*, Goiânia, v. 6, n.2, p. 25-50, 2001.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MORELO, Sonila. *A relativização da verdade em Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (dissertação de mestrado).
- PEIXOTO, Paulo Matos. Introdução. In: TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989 (vol. I-VI).
- POLÍBIOS. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1996.



SHOTWELL, James T. *A interpretação da história e outros ensaios*. Trad.: Murillo Bastos Martins. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

TÁCITO. *Anais*. Trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores, 1965.

TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989 (vol. I-VI).

TITO LÍVIO. *História de Roma – Ab urbe condita libri, livro I*. Trad.: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito, 1993.

VEYNE, Paul. *Acreditaram os gregos em seus mitos?*. Trad.: Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Trad.: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1998.

WALSH, P. G. *Livy's Preface and the Distortion of History*. In: *The American Journal of Philology*. Vol. 76, n° 4, 1955, pp. 369-383.